UNIÃO ESTÁVEL OU CONTRATO DE COPARENTALIDADE: O CASO GUGU LIBERATO E ROSE MATTEO

Marcelo Campos Lara¹
Antônio Fernando Melo Coelho²
Erika Tayer Lasmar³

Resumo

Este artigo traz como tema o caso Gugu Liberato que, após sua morte, deixou em testamento 75% de sua herança para seus 3 filhos e 25% para sua irmã, nomeada tutora legal e inventariante. A companheira de Gugu, Rose Matteo, foi excluída do testamento, não reconhecida como esposa e herdeira. A família de Gugu afirma juridicamente que o casal firmou um contrato de coparentalidade, para gerar filhos. Rose alega que houve convivência em afeto e união estável com Gugu. O TJSP atribuiu reconhecimento às duas partes, constituindo Rose como concorrente à herança. O objetivo geral foi analisar até que ponto um contrato de coparentalidade pode intervir no conceito de família, influenciando a parentalidade, definindo-a juridicamente, a ponto de eliminar a mãe do direito a uma herança; os objetivos específicos constituíram estudar o conceito de Casamento e União Estável; analisar o conceito de família; estudar a questão de partilha de bens; analisar o conceito de parentalidade. A metodologia utilizada é a de revisão de literatura, através de fontes secundárias, e um estudo de caso acerca do tema proposto. O comportamento adotado pelas partes, em 19 anos juntos, corrobora com o contrato de coparentalidade, sendo o afeto o diferenciador. Nosso posicionamento foi de não reconhecimento por uma hermenêutica jurídica que negue a parentalidade materna como digna do direito à herança, já que seu discurso não aborda apropriadamente os preceitos da dignidade humana, e pode-se afirmar um preceito patriarcal preenchendo seus meandros, sendo dever dos profissionais de direito analisar a “neutralidade” do caso.

Palavras-chave: União estável. Contrato de coparentalidade. Gugu Liberato. Rose Matteo.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito uma questão polêmica que faz parte de discussões midiáticas e acadêmicas atualmente: o caso Gugu Liberato e Rose Matteo.⁴ Antônio Augusto Moraes Liberato, 60 anos, ex-apresentador de programas de televisão e empresário, faleceu repentinamente, em dezembro de 2019, após uma queda na varanda do seu apartamento. Após a sua morte e as formalidades do seu funeral, ocorreram revelações que chocaram muitas pessoas, a respeito de sua vida. Gugu deixou 75% da sua herança para os seus três filhos e 25% para sua irmã, Aparecida Liberato, sendo ela nomeada tutora legal de seus filhos, a inventariante. A esposa de Gugu, a médica Rose Miriam Souza Di Matteo, com quem ele mantinha

¹ Graduado em Ciências Contábeis, pela UNIPAC, em Juiz de Fora - MG, e Graduando em Direito pela UNIPTAN, em São João del-Rei, MG.

² Graduado em Tecnologia de Processamento de Dados, Pós-Graduado em Gerência de Telecomunicações e Redes de Computadores, e Graduando em Direito pelo UNIPTAN, em São João del-Rei, MG.

³ Orientadora. Professora Mestre em Direito na UNIPTAN, em São João del-Rei, MG.

⁴ Todos os fatos referentes ao caso foram conferidos junto ao jornalismo do site G1, conforme as referências.

uma união há quase 19 anos, foi excluída do testamento, não foi reconhecida como a sua companheira em união estável e nem mesmo como a sua herdeira. Com Rose, Gugu teve três filhos: o filho João, de 18 anos, e as gêmeas Sofia e Marina, de 16 anos. Rose recorreu à justiça para ser reconhecida como herdeira, tendo já conquistado o direito a uma pensão mensal no valor de R\$ 100 mil reais.

O filho João, para a mídia, declara-se contra a mãe. A família alega que Rose e Gugu nunca foram um casal e que eram apenas amigos que decidiram ter filhos e assinaram um contrato para ter filhos. Disseram até que João foi concebido por inseminação artificial, embora a assessoria de Gugu não tenha confirmado.

Em diversos momentos retratados por Gugu, inclusive em programas gravados por ele, em que apresentou Rose aos fãs, não foi como amiga, e sim como esposa. Orgulhoso, feliz com os seus filhos, trocando beijos e afagos. Demonstrou ser um homem afetuoso com a suposta “esposa” e com a sua família.

Ainda que tenham sido amigos que decidiram ter filhos juntos, em 19 anos de convivência, houve a constituição de uma família de um veio parental, uma parentalidade, a manifestação de sentimentos, e a condição da união estável.

O caso Gugu era, até a sua morte, uma união estável. De repente, passou a ser afirmado como contrato para ter filhos. Esse é o tema do nosso estudo.

Vários questionamentos tornam possíveis a fomentação deste estudo. O contrato para ter filhos, chamado de contrato de coparentalidade, sugere ou pode sugerir união estável? O contrato para ter filhos ou contrato de coparentalidade assegura legalmente o não envolvimento em união estável? O caso Gugu Liberato constitui união estável?

Para este estudo, pretende-se ter em conta os seguintes marcos teóricos: as disposições conceituais da família a partir do artigo 226 da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), da Lei 9278, de 10 de maio de 1996 (BRASIL, 1996), e da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4477; o Direito de Família, do Novo Código Civil Brasileiro – Livro IV, artigos 1.511 a 1.783, ressaltando o reconhecimento da entidade familiar; e finalmente, o Contrato de coparentalidade, evidenciando um histórico e evidência no mundo dessa formalidade.

Ainda que Rose e Gugu não tenham realmente constituído uma união estável e sim um contrato de coparentalidade, o direito assegura que o comportamento do casal tenha sido estritamente reservado a isso em mais de 19 anos de união, tendo

em vista a subjetividade do comportamento humano e a sua sujeição a quaisquer formas de manifestações de afeto e amor diante do elo da parentalidade?

Como hipótese, tem-se que o contrato de coparentalidade não tem regulamentação no Direito Brasileiro, no entanto, não há proibições. Ademais, não fere direitos de terceiros ou das partes, já que se presta à autonomia da vontade das mesmas.

No entanto, no decorrer do mesmo, pode corroborar com o comportamento adotado pelas partes, sabendo-se que a convivência humana é inteiramente subjetiva e submetida aos fatores emocionais e expressivos que a caracterizam.

O objetivo geral deste estudo é analisar até que ponto um contrato de coparentalidade pode intervir no conceito de família, influenciando a parentalidade, definindo-a do ponto de vista jurídico – a ponto de eliminar a mãe do direito a uma herança.

Como objetivos específicos, têm-se: estudar o conceito de Casamento e União Estável; analisar o conceito de família; estudar a questão de partilha de bens; analisar o conceito de parentalidade.

A relevância do tema justifica-se pelo ineditismo do tema, tendo em vista a reestruturação do conceito de família e sua influência na parentalidade e na ordenação, regulação e oficialização da união estável e dos direitos decorridos desta, a saber, a partilha de bens e a herança.

A metodologia utilizada será de revisão de literatura, através de fontes secundárias, e um estudo de caso acerca do tema proposto. A revisão bibliográfica passa pelas disposições conceituais de família, a partir do artigo 226 da Constituição Brasileira de 1988, da Lei 9278, de 10 de maio de 1996. Posteriormente, o intuito será o de recolher conceitos do Direito de Família, do Novo Código Civil Brasileiro – Livro IV, artigos 1.511 a 1.783, ressaltando o reconhecimento da entidade familiar. Finalmente, pretende-se estudar o Contrato de coparentalidade e o caso em questão. A isso, pretende-se adicionar contribuições da psicologia, com novas concepções sobre a família, além de contribuições de análise do discurso.

1 O Casamento: disposições gerais, direitos e deveres

De acordo com Gonçalves (2002) a situação do casamento corresponde ao fato de duas pessoas viverem como casadas e serem assim consideradas pela sociedade. A maior prova da sua realização encontra-se na certidão de registro, obtida no ato da celebração, em cartório, com a presença de um juiz de casamento e duas testemunhas, no mínimo, podendo haver ainda um documento de união estável reconhecido em cartório.

Muitas vezes, o casamento é realizado por meio de um verdadeiro ritual, com presença de familiares, testemunhas que são comumente tidas como padrinhos da união do casal. De acordo com o artigo 1.514 do Código Civil: “O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados”. Porém, é hoje admissível a união estável e ainda o casamento religioso com efeitos civis. Todos os casos requerem a habilitação, que significa a falta de impedimentos legais para a união. Existe uma prévia habilitação, requerida no artigo 1516, parágrafo 1º do Código Civil e existe a habilitação posterior à celebração religiosa, prevista no mesmo artigo, parágrafo 2º. A união estável converte-se em casamento à medida que se apresenta o pedido formal ao juiz e assento no Registro Civil. (*apud* GONÇALVES, 2002, p. 22) De acordo com Gonçalves:

O primeiro e principal efeito do casamento é a constituição da família legítima. Ela é a base da sociedade, conforme estatui o art. 226 da Constituição federal, que reconhece também a união estável como entidade familiar. Só o casamento, porém, cria a família legítima. O segundo efeito, consiste na mútua assunção, pelo casal, da condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro. (...) O terceiro é a imposição de deveres aos cônjuges, que passam a vigor a partir da celebração. (CC, art. 1.566)

O quarto efeito jurídico do casamento é a imediata vigência, na data da celebração (CC, art. 1639, §1º) do registro de bens, que em princípio é irrevogável, só podendo ser alterado mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos s cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros (...). (GONÇALVES, 2002, p. 46-47)

O artigo 1.566 do Código Civil (BRASIL, 2002) traz os deveres dos cônjuges, que são a fidelidade recíproca, a vida em comum, no domicílio conjugal, que se refere à coabitação, a mútua assistência dos cônjuges, o sustento, filhos, o respeito e a consideração mútuos. Esses deveres mínimos foram estabelecidos para haja uma estabilidade conjugal.

2 A vida em comum, a família e o poder familiar

A vida em comum de um casal, sobretudo e especificamente de um casal que tem filhos, é, como vimos relacionada a direitos e deveres dos cônjuges, e ainda dos filhos menores.

De acordo com Diniz:

O poder familiar pode ser definido como um conjunto de direitos e obrigações, quanto à pessoa e bens do filho menor não emancipado, exercido em igualdade de condições, por ambos os pais, para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõe, tendo em vista o interesse e a proteção do filho. Ambos têm, em igualdade de condições, poder decisório sobre a pessoa e bens do filho menor não emancipado. Se, porventura, houver divergência entre eles, qualquer deles poderá recorrer ao juiz a solução necessária, resguardando o interesse da prole (CC, art. 1.690, parágrafo único). (DINIZ, 2010, p. 564-565)

Conforme a autora supracitada, o poder familiar é conferido a ambos os genitores ou a um deles, na falta do outro. O importante é manter o interesse e a proteção dos filhos menores, uma vez que todo ser humano, durante sua infância, precisa de alguém que o crie, eduque, ampare, defenda, guarde e cuide de seus interesses, regendo sua pessoa e seus bens. Com o escopo de evitar o julgo paterno-materno, o Estado tem intervindo, submetendo o exercício do poder familiar à sua fiscalização e controle ao limitar, no tempo, esse poder; ao restringir o seu uso e os direitos dos pais.

O poder familiar, sob o controle do Estado, pode então ser suspenso ou destituído quando ambos os genitores ou apenas um deles infringe os direitos legais dos filhos menores, corrompendo a família. Como podemos conceituar a família?

De acordo com Farias e Rosenvald (2012, p. 51):

O sentido restrito de família (...) dirá respeito, tão somente, ao conjunto de pessoas unidas afetivamente (pelo casamento ou união estável, exemplificativamente) e sua eventual prole. Não se levam em conta, aqui, outras pessoas que podem se agregar. É o que se vê, por exemplo, nos arts. 1.711 e 1.722 da Codificação ao estabelecer que o bem de família pode ser constituído em favor da entidade familiar e de seus filhos.

Por mais complexa que seja a delimitação do direito à vida privada, a vida em comum de uma família encontra sua harmonia e equilíbrio na privacidade, que

constitui “o refúgio impenetrável da pessoa, protegido em face da coletividade e merecendo especial proteção. Ou seja, é o direito de viver a sua própria vida em isolamento, não sendo submetido à publicidade que não provocou, nem desejou”. (FARIAS e ROSENVALD, 2012, p. 64)

De acordo com os mesmos autores citados anteriormente, a necessidade de privacidade nas relações familiares é evidente. Para os autores, a família é o mais privado de todos os espaços do Direito Civil. “É que no seio da família a pessoa humana desenvolve a sua personalidade e os seus atributos personalíssimos, ampliando a necessidade de efetiva proteção contra a ingerência indevida de terceiros”.

Hoje, sabemos que a vida em comum é perpassada por influências sociais, culturais, religiosas e econômicas que afligem a privacidade da família, levando-a muitas vezes à falência. Interessamos, aqui, os dizeres de Chalita (2004, p. 18):

Já se tentaram várias fórmulas, regimes políticos e sistemas filosóficos para organizar de outro modo o triângulo pai-mãe-filho. Os comunistas tiveram suas novidades nesse sentido. No nazismo, ensaiou-se o plantel dos espécimes perfeitos. Nada substituiu o velho lar. A educação por conta do Estado e de instituições não funciona. A falência do sistema família-lar, pai, mãe, filhos solitários, passou a ser comum a partir não somente da liberdade sexual, isto é, do sexo sem repressão, como também da separação pelos cônjuges, aceita ou tolerada, entre sexo e amor. Nessa dicotomia amor/sexo, está projetada a dicotomia espírito/matéria: o amor é atributo da alma, do espírito; e o sexo, o instrumento meramente biológico do prazer.

Na família moderna, em números casos, falta o amor. Pode-se afirmar que todos fingem não saber que o prazer é apenas um artifício criado pela natureza para obter dos seres vivos a preservação da vida. O prazer de se alimentar, que mantém vivo o corpo, e o prazer sexual, que leva à reprodução, são imperativos de nossa condição animal.

O mesmo autor argumenta, com apoio no filósofo e pedagogo Rousseau, que o homem é corrompido pela sociedade, sendo bom somente o homem primitivo, não contaminado pela civilização. Esse homem primitivo é bem diferente do homem de hoje, ambicioso:

Era gente, amando como gente, vivendo como gente. Não havia a desenfreada competição que faz com que todos queiram o tempo todo ter o melhor de tudo. Se alguém está satisfeito com o que possui, basta ficar sabendo que o outro tem mais para que a insatisfação e o desejo de possuir mais lhe tomem pela mão. É a sociedade dos competitivos, de ser melhor em tudo, do ter o melhor carro, a melhor casa, a namorada mais bonita, a melhor roupa, ir à melhor festa, ser o melhor aluno da classe ou quiçá o melhor aluno da escola. O que é melhor? Quanta bobagem, quanta cobrança

desnecessária, quanto medo de fracassar. A humanidade perdeu o essencial. E perder o essencial faz um mal enorme à alma humana, a quem quer ser feliz. (CHALITA, 2004, p. 19-20)

O autor, no entanto, afirma que de nada adianta lamentar. É preciso construir uma nova família, a única alternativa.

A família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Os filhos se espelhando nos pais e os pais desenvolvendo a cumplicidade com os filhos. (...)

A família é uma instituição em que as máscaras devem dar lugar à face transparente, sem disfarces. O diálogo é necessário. Se em outros tempos, bastava um olhar severo para se corrigir o comportamento, hoje se vive na era do “por quê”. E com razão. A família autoritária perpetua a sociedade autoritária. Faz permanecer na mente de seus membros os ideais de obediência e submissão, de cópia, sem questionamento acerca dos padrões estabelecidos. O indivíduo que somente aprende a obedecer não estará preparado para a sociedade complexa deste novo milênio. Se é errado fumar maconha, os pais têm de explicar o motivo; se não faz bem a heroína, ou se o aborto é um crime, os filhos precisam estar preparados para dizer “não” aos estranhos que possam induzi-los ao erro. De nada adianta a negativa seca, sem explicação, sem diálogo. E menos adianta a omissão, sob a desculpa de não despertar a curiosidade nos filhos.

A preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser são responsabilidades da família. É essa a célula-mãe da sociedade, em que os conflitos necessários não destroem o ambiente saudável. (CHALITA, 2004, p. 20-21)

Sob o viés jurídico, perpassando pelos argumentos do autor supracitado, acredita-se que a vida em comum, por mais difícil que seja, deve ressaltar a família acima de tudo. Ainda que haja a dissolução da sociedade conjugal, o divórcio, os valores familiares e as difíceis tarefas da família devem prevalecer.

3 A Evolução da Família

A humanidade sempre se mostrou necessitada a viver em comunidade, tornando-se difícil viver isoladamente. A partir desta necessidade humana, que visava o auxílio mútuo e a procriação, começou-se a formação das “famílias”, que seriam essas aglomerações de pessoas. A ideia de família surgiu muito antes do Direito, da Igreja, do Estado. (PEREIRA, 2002; VENOSA, 2008)

A família romana antiga utilizou o critério da submissão a um chefe familiar para se instituir, o *pater familias*. O pai era o responsável por gerir todas as atividades

do lar e ainda exercia sobre o filho o direito de vida e morte, enquanto a mulher exercia uma figura de submissão e subordinação. (VENOSA, 2008)

Segundo Venosa (2008, p. 63):

(...) o fundamento da família era a religião, ou seja, a família era organizada em razão da idéia religiosa, motivo pelo qual todas as casas eram quase que templos, sendo ali realizados os cultos aos seus deuses e antepassados. A figura da religião doméstica pra esse povo se constituía em um forte vínculo familiar, pois cada família cultuava seu deus, tradição que era passada de geração a geração, sempre por meio do filho mais velho.

De acordo com Pereira (2002, p.16-17), a família romana era constituída com o *pater*, ou seja, a figura do pai, sendo concomitantemente um chefe político da instituição familiar, um sacerdote e um juiz, pois essa essa figura *pater* era quem comandava e quem cultuava os deuses domésticos como seu exercício costumeiro e também exercia a justiça. O *pater* tinha direito de vida e de morte sobre seus filhos e inclusive podia penalizá-los no corpo, com castigos, ou mesmo vende-los e até tirá-lhes a vida. Já a mulher era totalmente subordinada à autoridade do *pater* ou do marido e nunca poderia adquirir autonomia: de filha passava a ser esposa, o que não alterava sua condição. A mulher não tinha direitos e podia ser negada, caluniada, repudiada, por voz do marido, que era a autoridade.

No Direito Romano, a palavra “família” pode ser aplicada tanto às coisas como às pessoas. É aplicada às coisas quando se trata de um conjunto de propriedades, e às pessoas quando se fala de parentesco. Os romanos distinguiam duas categorias de casamento, o casamento *cum manu* e o casamento *sinemanu*. No casamento *cum manu*, a mulher saía do poder familiar de seu pai e passaria a ser submissa do poder familiar do marido e do *pater familias* deste. No casamento *sinemanu*, a mulher poderia continuar sob o poder do seu *pater familias*, mantendo assim o direito de sucessão da família de origem. Os romanos tinham o casamento como um ato de contínua convivência e não um estado de direito. Com o tempo, o Direito Romano foi se transformando e foi se criando uma nova concepção de família, diminuindo o poder do *pater*, permitindo que a mulher e os filhos fossem mais independentes e menos subordinados. (PEREIRA, 2002)

Ainda sob os ensinamentos de Pereira (2002, p.17), tem-se em conta que, com o passar do tempo, essas regras mais rígidas foram sendo atenuadas. Estabeleceu-se o casamento *sinemanu*, que adveio de necessidades militares, as

quais propiciaram que se criasse um patrimônio formado pelos bens adquiridos como soldado, que fosse independente para os filhos, outro patrimônio formado por bens advindos do exercício de atividades intelectuais, artísticas ou funcionais e outro formado por bens advindos de formas diversas.

Com essa nova concepção, a Igreja passou a exercer um papel mais atuante na sociedade legislando através de regras cânones e assim surgiu o Direito Canônico. O Direito Canônico passou a ter muita relevância neste período. A partir de então, a Igreja passou a ser a única a julgar assuntos relativos ao casamento, legitimidade de filhos e divórcio. Desta forma, o casamento passou a ser sacramento e deixou de ser contrato e assim começou a ser celebrado também por um juiz, representante do povo. Com a Revolução Industrial, houve uma mudança na conjuntura familiar. Tal Revolução trouxe um grande aumento de serviço e uma procura maior de mão de obra, fatores que contribuíram para a inserção da mulher no campo de trabalho. Com isto, o homem deixou de ser o único provedor da família e a mulher não exercia apenas os trabalhos domésticos. (PEREIRA, 2002; DIAS, 2000)

Segundo Dias (2000, p.28):

Assim a mulher ingressou no mercado de trabalho, deixando o homem de ser a única fonte de subsistência da família, que se tornou nuclear, restrita ao casal e sua prole. Acabou a prevalência do caráter produtivo e reprodutivo da família que migrou para as cidades e passou a conviver em espaços menores. Isso levou a aproximação de seus membros, sendo mais prestigiado o vínculo afetivo que envolve seus integrantes.

Apesar de serem de época diferente, essas mudanças ocorreram no Brasil de uma maneira bastante parecida. Com a colonização portuguesa, o modelo de família brasileiro também foi baseado no dos portugueses, que trouxeram resquícios da família romana com grande influência do direito canônico e germânico. Era um modelo patriarcal com uma grande extensão que embarcavam todos os parentes e não se restringia apenas ao casal e a sua prole. Este modelo teve um papel fundamental e serviu de referência para os demais modelos familiares, ainda que não fosse o único.

Com a influência portuguesa, o catolicismo passou a ser a religião oficial brasileira, e assim a Igreja regulava a vida privada dos brasileiros chegando a exercer funções que seriam do Estado. (DIAS, 2000)

A Constituição Federal reconhece alguns modelos de família, como a união estável, a família monoparental, a família substitutiva e a família originária do casamento civil ou religioso com efeitos civis. (BRASIL, 1988)

Ao elevar a união estável como um modelo familiar, é notório que o conceito de família não mais se restringe àquelas formadas por laços consanguíneos ou do casamento, mas sim àquela formada pelo amor, respeito e afetividade entre os conviventes.

No ordenamento jurídico, o ramo do Direito de Família é o que mais tem sofrido alterações, haja vista que o direito evolui à medida que a sociedade evolui. Com a evolução e rearranjo do conceito de família, é possível que esse rearranjo possa influenciar até mesmo uma união que tenha sido oficializada tempos atrás, como a de Gugu Liberato e Rose Matteo?

4 O Contrato de Coparentalidade e o Caso Gugu Liberato e Rose Matteo

O fato que se subjugou ao propósito deste estudo é o de que Augusto Liberato, famoso no Brasil como o apresentador Gugu de programas de auditório, empresário artístico e investidor no ramo da comunicação, apesar de ter levado uma vida discreta e assumido em programas de televisão uma vida afetiva com Rose Matteo, a partir do ano de 2001, com quem veio a ter três filhos e com quem conviveu por 19 anos, chegando a ir morar, nos últimos anos, nos Estados Unidos, teve um falecimento repentino, acidental, e seu testamento surpreendeu a todos, porque excluiu da herança a genitora dos filhos. Veio à tona, então, a revelação de que os dois haviam, na verdade, assinado um contrato de coparentalidade, um contrato para ter filhos.

Pelo que este estudo apurou sobre o que vem a ser o contrato de coparentalidade, pode-se afirmar que a família de Gugu e Rose Miriam seja coparental. Trata-se de duas pessoas que se uniram com a intenção de serem pai e mãe, de educar seus filhos, amá-los e dar a eles toda a atenção e cuidados necessários, no entanto, essas duas pessoas se firmaram contratualmente não manter nenhum elo amoroso, emocional e sexual entre si, participando conjuntamente do exercício da parentalidade de seus filhos.

Todavia, em território brasileiro, não há legalidade para tal formato familiar – mas não há proibição – e o contrato entre Gugu e Rose foi reconhecido e validado pelo TJSP como contrato de Geração de Filhos, no qual se busca “regularizar” detalhes em relação aos filhos, levando-se em conta, ainda, que não fere o direito de terceiros ou das partes, já que foi constituído em cumprimento à vontade dos assinantes. Mas em decisão, a companheira de Gugu também foi reconhecida ainda

como concorrente a $\frac{1}{4}$ dos bens que não foram objeto de meação. Ou seja, a causa ainda encontra-se em juízo.

Mas em 19 anos de convivência, o comportamento que Gugu e Rose adotaram não procede com o acordado em contrato, tendo em vista que a base do afeto institui a família, a parentalidade, a conjugalidade. Dias (2000) afirma que os conviventes de uma relação, ao se envolverem mutuamente, transbordam os limites do privado, até que a sociedade os veja como um par, que não apenas convive com os filhos. O modo como a sociedade os vê influencia seu comportamento e, desse modo, o afeto conjugal começa a orientar sua relação, o que é perfeitamente reconhecível. E isso logo determina a parentalidade entre os dois, e, no caso de Gugu e Rose, em se tratando da herança, o parentesco, que, segundo o artigo 1.593 do Código Civil, “é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem”. (BRASIL, 2002)

Especificamente sobre o direito à herança, o artigo 1.829 relata a sucessão legítima na herança na seguinte ordem:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

Art. 1.830. Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.

Art. 1.831. Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar. (BRASIL, 2000)

Rose Matteo alega que os dois mantinham uma união estável, afetiva, é o que apuram as reportagem feitas pelo G1, as quais se encontram referenciadas ao fim deste estudo. Mas especulações diversas da mídia se somam a isso com afirmações de uma vida dupla de Gugu Liberato, que nunca assumiu publicamente sua homossexualidade, mas, após sua morte, teve fotos reveladas com o suposto

namorado, que também reclama por parte da herança⁵. (G1, 27/9/2020; G1, 27/9/2020; G1, 28/9/2020).

As últimas notícias do caso dão conta de que Gugu, para assegurar a permanência da família nos Estados Unidos, pagou o *Green Card* de Rose Matteo, através de um investimento de 500 mil dólares feito em nome dela em bancos americanos, assim como ele fez para ele e seus filhos. Ao fazê-lo, Gugu teve que assinar um documento, o qual já se encontra de posse dos advogados de Rose, em que reconhece relação de afeto com Rose. (G1, 27/9/2020; G1, 27/9/2020; G1, 28/9/2020).

O caso é incomum e sensibiliza o público, de maneira geral, em tempos em que discute-se os preceitos de família, de parentalidade, de dignidade humana. Sobretudo, sensibiliza, pela presença e pelo valor materno, pela força feminina enquanto aquela que dá a luz e que se mantém como um importante elo familiar. Como reconhecer uma hermenêutica jurídica que possivelmente negará a parentalidade materna como digna do direito à herança da família? Estaria essa hermenêutica exercendo apropriadamente todos os preceitos da dignidade humana? Podemos afirmar um preceito patriarcal preenchendo os meandros desse processo.

Esse preceito patriarcal seria assunto para outro estudo, no entanto, no tocante a este, reconhece-se um discurso jurídico que, conforme Franco (2012) reconhece, uma vez que o Estado de cultura o germine, o produza, com predomínio patriarcal, as análises jurídicas devem considerar as características culturais no desenvolvimento do ordenamento jurídico, a fim de que não sejam levantadas dúvidas sobre a neutralidade das mesmas.

Ademais, há que se considerar, em consonância com Orlandi (2007), em seu estudo sobre análise do discurso, que “os sentidos não são os mesmos para sujeitos diferentes”, o que faz ressaltar na linguagem um confronto com o político e isso, na verdade, de acordo com a autora, representa as relações de poder e está exatamente na distinção que ocorre entre os sujeitos e os sentidos. No caso, tomemos o texto constitucional, tomemos a hermenêutica jurídica como o discurso em questão que julga esse impasse jurídico do caso Gugu Liberato e Rose Matteo e levantemos, ao fim deste artigo, o questionamento de que não há uma transparência – em seu

⁵ Todos os fatos referentes ao caso foram conferidos junto ao jornalismo do site G1, conforme as referências.

significado – de direito fundamental que seja convincentemente inerente a homens e mulheres de maneira igualitária.

Não há jurisprudências que nos sirvam de amparo ou arcabouço para discussão aprofundada. Cabe-nos afirmar que a ciência jurídica, aquecida pela polêmica em torno da qual gira o caso em estudo, assim como tende a ser em outros casos, deve-se abrir a outras ciências e fontes disciplinares, para uma decisão efetiva e competente. Cabe assinalar que já não se trata somente de um famoso cuja homossexualidade foi exposta após a morte e que revelou em seu testamento que nunca teve uma esposa. Trata-se também de uma mulher que à frente de todos foi exposta como mãe e esposa por 19 anos, e, no fim, foi negada, apagada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo permitem-nos afirmar que o fato que serviu de propósito ao mesmo ainda se encontra em juízo e em constantes especulações polêmicas em torno do mesmo, o que o torna, cada vez mais, acalorado por discussões políticas e culturais.

O principal problema a que se referiu este artigo foi o de analisar até que ponto um contrato para ter filhos pode intervir no conceito de família, influenciando a parentalidade, definindo-a sob o ponto de vista jurídico – a ponto de eliminar a mãe do direito a uma herança. Sobre isso, coube-nos afirmar que, em juízo até então formalizado, o TJSP validou o que se reconheceu como um contrato de coparentalidade firmado em vida por Gugu Liberato e Rose Matteo, ou um contrato para geração de filhos. O TJSP também reconheceu, no entanto, a união estável, e colocou como concorrente à herança de Gugu sua companheira Rose Matteo.

A pesquisa se propôs a estudar o conceito de Casamento e União Estável; analisar o conceito de família; estudar a questão de partilha de bens; analisar o conceito de parentalidade.

Sobre estes temas pode-se observar que todos os princípios referentes ao casamento, no caso de Gugu e Rose, no que concerne a uma união estável, analisando o conceito de família, seus princípios, os princípios da parentalidade, de parentesco para partilha de herança, e, sobretudo, o princípio e a base do afeto, que é o principal diferenciador no caso/fato em questão. Assim, pode-se afirmar que o comportamento adotado pelo casal em 19 anos de convivência corrobora com o

chamado contrato de coparentalidade. Considera-se que a convivência humana é inteiramente subjetiva e submetida aos fatores emocionais e expressivos que a caracterizam, e é influenciada pela forma como a sociedade a idealiza.

Conforme afirma-se nos pressupostos deste artigo, as motivações do caso mobilizam a opinião pública, em tempos em que o ser humano se vê como plateia de uma vida privada e se sensibiliza com temas voltados para preceitos familiares, dignidade humana, feminismo e maternidade, sobretudo posicionando a mulher como importante elo familiar.

Conclui-se assim, pelo não reconhecimento por uma hermenêutica jurídica que negue a parentalidade materna como digna do direito à herança da família, tendo em vista que seu discurso, seu *locus* de poder não reconhece apropriadamente todos os preceitos da dignidade humana. Assim, afirma-se um preceito patriarcal preenchendo os meandros desse processo, o que seria assunto para outro estudo, que percorreria estudos filosóficos e da influência do liberalismo sobre a ciência jurídica. Mas é dever dos profissionais de direito considerar as características do Estado de direito – no caso, este, patriarcal – para que seja analisada a “neutralidade” da análise jurídica do caso.

Na análise de discurso jurídico, deve-se estar atento ao fato de que há, na linguagem, um confronto com o político, e isso representa as relações de poder e está nas distinções entre sujeitos e sentidos: por isso, na hermenêutica jurídica, há que se ficar atento a uma falta de clareza que não permite discernir convincentemente o direito igualitário inerente a homens e a mulheres.

A falta de jurisprudências ou precedentes, o ineditismo do tema leva a uma certeza em torno deste caso: a de que a ciência jurídica deve-se abrir a outras ciências conhecimentos para uma decisão efetiva e competente.

O estudo propôs o seguinte questionamento ou problemática a ser respondida: ainda que Rose e Gugu não tenham realmente constituído uma união estável e sim um contrato de coparentalidade, o direito assegura que o comportamento do casal tenha sido estritamente reservado a isso em mais de 19 anos de união, tendo em vista a subjetividade do comportamento humano e a sua sujeição a quaisquer formas de manifestações de afeto e amor diante do elo da parentalidade? A resposta deste estudo é de que, considerando o caráter subjetivo de uma relação que tenha durado mais de 19 anos, a união de Augusto Liberato e Rose Matteo não se reservou estritamente a um contrato de coparentalidade, tendo, ainda que sob os holofotes da

mídia, garantido a condição maior de união estável, mesmo que depois tenham sido feitas tantas revelações negativas.

Finalmente, resta inferir que o caso em questão já não se trata somente de um famoso cuja homossexualidade foi exposta após a morte e que revelou em seu testamento que nunca teve uma esposa, e sim também, e talvez sobretudo, de uma mulher que foi exibida para o público brasileiro como mãe e esposa por 19 anos, e, no fim, negada como companheira, apagada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 de maio de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996.** Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9278.htm> Acesso em: 15 de maio de 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406compilada.htm> Acesso em: 14 de outubro de 2020.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto.** São Paulo: Editora gente, 2001.

DIAS, Maria Berenice. **Manual do Direito de Família.** São Paulo. Revista dos Tribunais. 2000.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro.** Volume 5: Direito de Família. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Néelson. **Curso de Direito Civil: Famílias.** 4 ed. Bahia: JusPODIM, 2012.

FRANCO, Michele Cunha. **Teorias Feministas: contribuições para uma análise crítica do direito como instrumento de exercício dos direitos.** Disponível em: <<http://sites.google.com/a/criticadodireito.com.br/revista-critica-do-direito/todas-as-edicoes/numero-1---volume-34/teorias-feministas-contribuicoes-para-uma-analise-critica-do-direito-como-instrumento-de-exercicio-de-direitos>> Crítica do Direito, São

Paulo, v. 34, n.1, p.1-4, 9 abr. 2012. Quadrimestral. Disponível em: Acesso em: 26 de agosto de 2020.

G1. Caso Gugu: novo documento põe fogo na disputa pela herança milionária do apresentador. 27 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/09/27/caso-gugu-novo-documento-poe-fogo-na-disputa-pela-heranca-milionaria-do-apresentador.ghtml>> Acesso em: 08 de outubro de 2020.

G1. Caso Gugu: entenda novo elemento na disputa pela herança e relembre principais momentos. 27/09/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/09/27/caso-gugu-entenda-novo-elemento-na-disputa-pela-heranca-e-relembre-principais-momentos.ghtml>> Acesso em: 08 de outubro de 2020.

G1. Caso Gugu: entenda a disputa familiar pela herança milionária do apresentador. 28/09/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/28/caso-gugu-entenda-a-disputa-familiar-pela-heranca-milionaria-do-apresentador.ghtml>> Acesso em: 08 de outubro de 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de Família.** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** João Pessoa: Universitária, 2007. Disponível em: <<http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2010/04/cap2artigo10.pdf>> Acesso em: 5 de julho 2020.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família.** 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 3v.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: direito de família.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.